



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª
(TRIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 3 DE MAIO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 33ª Sessão Ordinária;
- Ata da 34ª Sessão Ordinária;
- Ata da 5ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde, caros colegas, boa tarde, pessoal que está na galeria, aos amigos e às amigas.

Em primeiro lugar vim aqui, Deputada, porque estou vendo e porque – pelo menos assim me informaram, eu não cheguei a ler – eu soube que eu estaria pedindo o *impeachment* do Governador Rodrigo Rollemberg. Até que vontade não falta, mas não é verdade o que está nos blogues. Em primeiro lugar, tudo o que tem que ser feito tem que ser feito com muita responsabilidade. Eu não sou inimigo do Governador, não sou inimigo. Eu não concordo com muitas das ideias que ele implementa no Distrito Federal, mas está longe de haver uma inimizade em relação à pessoa do Rodrigo Rollemberg – de quem eu até gosto como pessoa.

Posso não concordar com muitas das opiniões dele, mas isso não me leva a uma irresponsabilidade com o momento do Distrito Federal e do Brasil, que já é caótico, já não é bom. O que a gente precisa construir é a base do diálogo, da boa conversa. Espero, profundamente, que o Governador Rodrigo Rollemberg consiga colocar Brasília nos trilhos, começando por convocar as pessoas que precisam ser convocadas para trabalhar e que estão há muito tempo esperando.

O respeito ao servidor público do Distrito Federal é que não se venha implementar as OS – Organizações Sociais – aqui no Distrito Federal sem um amplo debate. Não se pode usar o trator para atropelar a população como um todo. A quem interessa a implantação das OS no Distrito Federal? Parece-me que só interessa àqueles que são os donos dessas organizações, porque, em momento nenhum, houve um grande e amplo debate sobre essa situação.

Então, partiu de nós da Oposição essa conversa de, na próxima quinta-feira, haver comissão geral, às 15h, para que possamos debater o tema, começar a debater o tema. Antes que se esgote a saúde, que hoje já está na UTI, a implantação das OS no sistema que querem que sejam implantadas vai levar definitivamente para o cemitério a saúde pública aqui no Distrito Federal – pelo menos esta é a minha visão, esta é a minha avaliação.

O que nós precisamos entender é que o Governador Rodrigo Rollemberg deve, verdadeiramente, começar a governar o Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Não satisfeito em tentar se envolver nos assuntos internos da Câmara Legislativa, composição de blocos partidários e mudanças de comissões; agora, Deputado Cláudio Abrantes, o Governador também tenta até interferir nos partidos políticos a quem nós representamos dentro dessa Casa.

Logicamente, acho que o único partido com o qual o Governador Rodrigo Rollemberg deveria estar preocupado chama-se PSB, que é o partido dele. O PR, pode deixar que nós temos quadros partidários suficientes para tomar conta naquilo em que nós estamos trabalhando. E pode ter certeza absoluta de que, quando eu precisar de um conselho do Governador Rodrigo Rollemberg, vou procurá-lo pessoalmente para ouvir dele os conselhos.

Então, eu não preciso dos conselhos do Governador Rodrigo Rollemberg para saber como vou me comportar e como vou votar aqui dentro da Câmara Legislativa, da mesma maneira que ele não me pergunta como irá implementar o desenvolvimento aqui do Distrito Federal.

Eu gostaria de deixar essa palavra. Pode ter certeza absoluta de que – em momento nenhum – não estou aqui na Câmara para satisfazer a vontade do senhor Governador Rodrigo Rollemberg. Fui eleito para representar a população e, no dia em que eu deixar de representar a população, não mereço mais estar aqui como Deputado Distrital. Então, o meu dever, a minha satisfação é a de trabalhar por aquilo pelo qual a gente já trabalha há tanto tempo. Se devo a alguém alguma obrigação é à população do Distrito Federal que me elegeu Deputado Distrital.

Então, estamos aqui para trabalhar para o povo e não para um governador que não sabe ouvir. Quando o Governador passar a ouvir as pessoas, passar a ouvir esse Parlamento, pode ter certeza de que estaremos prontos e estarei aberto ao diálogo com ele.

Então, agradeço muito a oportunidade, Sra. Presidente. Nós estamos aqui prontos para ouvir. Esta semana, no dia 5, espero que a Secretária de Segurança – ela é tão ruim, que esqueci o nome dela – de fato cuide da segurança pública do Distrito Federal.

Nem ela confia. Nem ela confia. Ela pode andar com guarda-costas para baixo e para cima. E nós, pobres mortais? Temos que andar com essa insegurança toda. Cuide, Dona Márcia, da segurança pública do Distrito Federal, e o povo vai te valorizar muito mais.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, como Líder da Maioria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta em exercício, Deputada Liliane Roriz, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de parabenizar o Cláudio Humberto, apesar de levar dele um cacete e uma crítica de vez em quando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Hoje a coluna Cláudio Humberto está fazendo 18 anos. Não é normal que os Deputados elogiem, principalmente quem critica, mas acho que é na crítica, às vezes justa, às vezes não, que há o aperfeiçoamento do processo democrático. Quem se candidata, quem quer ser Deputado, tem que estar preparado para receber elogios e críticas. Então, quero parabenizar o colunista Cláudio Humberto pelos 18 anos de sua coluna.

Eu também gostaria de abordar o mesmo assunto. Várias categorias estão aqui pleiteando. Deputado Wellington Luiz, sempre escalo V.Exa. quando o assunto é Polícia Civil do DF. Eu, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sempre tenho esse respeito e gosto de ouvi-lo. Recebi o pessoal que fez concurso para agente penitenciário e acho que o governo tem que honrar a palavra.

Se 845 – acho que é isso – passaram no concurso, todos eles têm que fazer esse curso, todos têm que se preparar. Apesar de haver previsão, Deputado Wellington Luiz, de se chamarem 300.

Acho que, dada toda essa conjuntura e essa necessidade, o governo tem condições de, primeiro, honrar – passaram 850 – e fazer o curso de formação para todos eles. (Palmas.) Isso fica em 4 milhões e pouco, é um pingão d'água no oceano. O Orçamento do Distrito Federal é de quase 40 bilhões de reais. E segundo, de fazer justiça a esses que fizeram o concurso. Nós somos servidores públicos, o Deputado Wellington Luiz e eu, e sabemos que se abre mão de família, de tudo, para fazer um concurso. A pessoa estuda, se mata e, enquanto os outros estão indo à balada, ela está estudando. No sábado, no domingo, não tem lazer. Quando se faz um concurso, é para honrar. Eu posso falar isso porque, em todos os concursos que fizemos no Senado, chamei até o último aprovado. Então, quero fazer esse apelo ao governo. Os papiloscopistas estão aqui e outras categorias também. Acho que se tem que honrar. Se alguém planejou fazer um concurso e há aprovação, tem que chamar todos.

Vou fazer pessoalmente por escrito, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com aval dos nobres Deputados Wasny de Roure, Rafael Prudente, Julio Cesar e Prof. Israel, um ofício pleiteando exatamente que o primeiro passo seja fazer o treinamento, o curso de formação para todos que passaram, e depois chamar de acordo com a necessidade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Quero saudar todos que se encontram hoje na galeria, nossos futuros e queridos peritos papiloscopistas, e nossos futuros agentes de atividades penitenciárias.

Parabenizo o Deputado Agaciel Maia no que tange a nossa relação com a instituição Polícia Civil: minha, do Deputado Cláudio Abrantes e até do próprio Deputado Wasny de Roure, que é pai de um policial civil. Vimos a sensibilidade que o Deputado Agaciel Maia demonstrou nesse processo. Muitos deles me procuraram e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

mostraram que V.Exa. estava ajudando muito. Quero aqui deixar bem claro que nosso apoio é incondicional. V.Exa. já deixou isso bem claro.

O Governador fez o compromisso de, inicialmente, convocar oitocentos. Depois houve um acordo, uma questão de bom senso, e ficaram setecentos. Agora quer reduzir para quinhentos. Isso é inadmissível. Nós já deixamos bem claro que a questão é o orçamento. Eu já disponibilizei 2 milhões das minhas emendas para que pudesse contemplar, mas o que é fundamental, em primeiro lugar, é a excelente articulação política de V.Exa. junto ao Poder Executivo; em segundo lugar, é o conhecimento técnico que V.Exa. disponibiliza em prol desta Casa.

Deputado Agaciel Maia, mais uma vez parableno V.Exa. Peço apoio também a essa causa tão nobre dos nossos peritos papiloscopistas. Esta Casa hoje precisa aprovar uma moção e sensibilizar o Governador. No ano que vem, os postos de identificação fecharão as portas e isso causará um desserviço à sociedade. Não há mais peritos papiloscopistas e, da mesma forma, nós teremos uma tragédia anunciada.

Nosso sistema penitenciário está sufocado. Se não contratarmos esses agentes de atividades penitenciárias e não nos prepararmos para contratar os próximos, podem ter certeza de que a massa carcerária vai tomar conta dos presídios.

Deputado Agaciel Maia, parabéns a V.Exa. pela forma como está conduzindo uma matéria de tamanha importância.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa. Solicito ao Getúlio, o rapaz responsável pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – não fiquemos só no discurso, só nas palavras leves ao vento, Deputado Wellington Luiz – que prepare o documento para assinarmos ainda nesta sessão, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pleiteando exatamente que seja feito o curso de formação para os 841 servidores.

Era o que eu tinha a falar, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este momento para cumprimentar todos os concursados da Polícia Civil que se encontram aqui presentes. Queremos manifestar nosso entendimento, a exemplo dos Deputados Agaciel Maia e Wellington Luiz. Temos dado nossa contribuição a partir do debate do orçamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O Distrito Federal notoriamente tem perdido recurso do Fundo Constitucional exatamente pela dificuldade de entender que certas protelações acabam causando prejuízo. Só para vocês terem ideia, no orçamento do ano passado, o governo, na última semana praticamente, fez um remanejamento de 110 milhões de reais e empenhou 135 milhões para a área de investimento. Uma semana depois, abre-se um novo orçamento, inclusive com rubricas de investimento que eram esses recursos. O governo acaba perdendo, porque, quando não executa no ano subsequente, ele perde esse recurso, porque esse recurso fica na União. Então, o Governador Rollemberg, a exemplo dos outros governadores, tem perdido muitos recursos exatamente por não fazer uma programação e o remanejamento para a área de pessoal. Ele fica na expectativa de gastar com investimento, não consegue, porque os projetos muitas vezes têm problemas. Às vezes, a licitação identifica a empresa que acaba não tendo interesse e aí muito daquilo que é empenhado não é liquidado e, conseqüentemente, perde-se o recurso em detrimento de melhorar a formação e a composição das equipes, seja ela de agente penitenciário, agente da Polícia Civil, papiloscopista e outras.

Essa é uma oportunidade, portanto, para que o governo repense a maneira como vem fazendo a gestão do Fundo Constitucional, que tem como meta fundamental a área da segurança do Distrito Federal. Contem com o nosso apoio. Já temos aqui uma moção de interesse dos papiloscopistas, que a Deputada Celina Leão deve colocar logo mais em votação.

Deputada Liliane Roriz, eu ainda gostaria da sua compreensão, porque há um ano, eu trouxe ao plenário desta Casa um debate sobre a Lei Complementar nº 728, de 2006, que aprovou o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Gama. Essa lei sofreu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público.

Ocorre que a Sedhab editou em 2011 uma portaria para tentar equacionar o problema. Esse problema acabou provocando, Deputada Luzia de Paula, a não concessão dos alvarás de construção, e aqueles lotes do Setor Industrial Leste do Gama ficaram sem construção, simplesmente para serem utilizados como transbordo de lixo ou como local de tráfico de drogas, quando poderiam ser utilizados para os empreendimentos para os quais estavam previstos, o que geraria emprego e renda na Cidade do Gama.

Olha, nós fizemos esse apelo aqui, na Casa. Mandamos uma correspondência ao Senhor Governador, conversamos na Procuradoria, que reconhece a devida necessidade da reversão desse equívoco, e o governo permaneceu parado nesse tempo todo. Há, aproximadamente, um ano ocorreu o envio desse ofício. Aliás, eu não quero ser desonesto com a informação. Na verdade, eu encaminhei a correspondência em outubro de 2015. Encaminhei essa correspondência ao Governador com cópia endereçada à Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal. O Secretário Thiago entendeu que o melhor momento para fazer esse trato seria na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Entendeu que não haveria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

necessidade, naquele momento, de encaminhar um projeto de lei. Felizmente, depois de seis meses, o Governador, nessa visita recente que fez à Cidade do Gama, reconheceu a necessidade de encaminhar esse projeto de lei à Câmara Legislativa.

Eu quero dizer, Deputada Liliane Roriz, que nós fizemos também uma indicação para essa matéria e essa indicação foi aprovada na Casa. Eu não estou aqui com o número dela, mas a Casa aprovou essa indicação, pedindo que o Governador revisse a decisão, para desobstruir os empreendimentos previstos para o Setor Industrial Leste da Cidade do Gama.

Eu o felicitarei no momento em que o projeto chegar a esta Casa e for protocolado porque isso, com certeza, irá revitalizar parte considerável da Cidade do Gama.

Eu quero pedir a atenção dos colegas Deputados, porque isso é de extrema importância para que possamos ver a dinâmica do setor produtivo ser reestabelecida ali na Cidade do Gama. Eu quero cumprimentar a administradora, a Maria Antônia, que tem procurado apoiar essa retomada do setor. Eu espero que o governo, então, possa dar desdobramento a isso.

São essas as considerações, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. Logo em seguida, ao Deputado Delmasso e, depois, se quiser fazer o uso da palavra, o Deputado Roosevelt Vilela.

Antes de passar a palavra ao Deputado Cristiano Araújo, eu também quero me solidarizar com vocês. Alguns formaram uma comissão e foram ao meu gabinete. Podem contar comigo. É lógico, eu, como filha do Roriz, sempre apoiei a Polícia Civil e não vou deixar vocês na mão. Contem comigo! (Palmas.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres pares. Boa tarde a toda a galeria que está presente na Câmara Legislativa hoje.

Em primeiro lugar, eu quero me solidarizar com os agentes penitenciários que estão aqui, hoje, lotando este plenário. Nós fizemos um encaminhamento junto ao Vice-Governador. Estava presente também, naquele momento, a Subsecretária de Pessoal, Leda Marques. Isso foi há algumas semanas. O encaminhamento junto ao governo e o encaminhamento também desses concursados era a questão da formação de todos os qualificados naquele concurso. É algo em torno de novecentos novos servidores para o conjunto de agentes penitenciários.

Por parte da Secretaria de Segurança Pública, por parte das áreas de segurança do governo, é sabido também que há a necessidade real de contratação desses servidores. Parece-me que houve também o compromisso do Governador Rodrigo Rollemberg de contratação desses novecentos servidores. Acontece que, de uma ou duas semanas para cá, houve uma contraordem do governo, reduzindo, novamente, para quinhentos o número dos que serão chamados para fazer o curso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

de formação.

Então, a minha palavra aqui, a minha intervenção hoje é no intuito de encaminhar ao governo que reveja novamente essa posição. Um novo concurso gerará custos adicionais, além de ter um trâmite burocrático. O sistema prisional, em especial, passa por uma deterioração total. Então, somemos esforços para que o governo arrume esses recursos para que esses novecentos novos agentes penitenciários possam fazer o curso de formação.

Essa é a nossa intervenção. (Palmas.)

Eu peço aqui à Presidente desta Casa, à Deputada Celina Leão, à Deputada Liliane Roriz, que preside a sessão, que nos ajude a equacionar essa questão. Eu fiz um encaminhamento também junto ao Líder de Governo. Chamo atenção também do nosso Secretário de Relações Institucionais, Dr. José Flávio, para que nós possamos equacionar essa questão dos agentes penitenciários o quanto antes.

Passo, Sra. Presidente, ao segundo item que trago hoje à tribuna. É também outro problema, Deputado Wellington Luiz, que tem tirado o sono dos servidores públicos. Refiro-me à VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Identificada ou incorporação de remuneração dos servidores públicos, de que trata a Lei nº 4.584.

Em 2011, o Deputado Rôney Nemer fez uma emenda a um projeto de lei da Casa em que o servidor incorporava o benefício ganho em pecúnia nos cargos em comissão, o que eles chamavam de quintos. Esse processo transitou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios por alguns anos, e agora veio a decisão desfavorável ao servidor público.

Nós estamos falando, Srs. Deputados, de um efetivo de mais ou menos 21 mil servidores públicos, Deputado Delmasso, que serão atingidos por essa decisão do TJDF. Estamos falando, na ordem econômica, de algo em torno de 100 milhões por ano que deixam de ser incrementados na economia. O servidor perde de ganho real, Deputado Wellington Luiz, em torno de 300 a 4 mil reais, dependendo da incorporação que ele obteve naquele momento. Ou seja, falar em tirar esse benefício do servidor é falar em tirar alimento do dia a dia dos servidores públicos. Numa crise econômica dessas que estamos atravessando, tirar 300, 400, mil reais ou 4 mil reais, como é o caso de alguns, da mesa do servidor já é muito, Deputado Delmasso.

Agora, Sr. Presidente, como se não bastasse essa questão da perda imediata desse ganho em pecúnia, Deputado Wellington Luiz, o que preocupa mais é que essa decisão do TJ retroage à data do projeto. Além de não receber mais o benefício que incorporou, que é um direito adquirido, na minha avaliação, o servidor terá de pagar tudo isso que recebeu.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é da Polícia Civil e agente por concurso público. É como se V.Exa. tivesse tido um aumento e viesse uma decisão que tirasse esse aumento. Então, além de não ter esse aumento, terá de pagá-lo retroativamente. Isso desestrutura qualquer família, qualquer cidadão de bem do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Hoje, Srs. Deputados, eu venho trazer aqui ao plenário a minha preocupação com esses servidores públicos. Eu venho trazer o meu alerta ao Plenário desta Casa sobre o que, mais uma vez, está sendo imposto ao servidor público. Imagine o assédio, não moral, mas o drama psicológico, Deputado Delmasso, com a perda desse benefício.

Trago uma proposta de encaminhamento, haja vista que esse valor do qual estamos falando já está incorporado ao custo do Orçamento de pessoal do GDF. Sugiro ou trago como opção que o governo envie uma nova lei à Casa, sem que nós façamos emendas, que venha a corrigir ou sanar o problema dessa ADIn imposta ao servidor público. Venho a esta Casa pedir aos nobres Deputados, aos nobres pares, o apoio a esta causa, que é nobre.

Mais uma vez, é imposta uma barreira enorme ao servidor público. Nós não podemos deixar que ele passe por mais esse problema, esse obstáculo que aflige o dia a dia dos servidores. Então, a minha intervenção, Deputado Delmasso, é no sentido de pedir o apoio de todos desta Casa.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Cristiano Araújo, primeiro, quero parabenizar V.Exa. por esse assunto. Quero, na realidade, adicionar à sugestão feita por V.Exa. que esta Casa e a própria Procuradoria-Geral do Distrito Federal recorram dessa decisão junto ao Superior Tribunal de Justiça pedindo efeito suspensivo do julgamento do pleno do tribunal.

Eu concordo que quem já tem direito adquirido não pode sofrer e quem já recebeu não pode sofrer essa penalidade. Então, só para que isso não seja *erga omnes*, mas *ex tunc*, ou seja, que, a partir da data da decisão, o governo fique proibido de fazer novas VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, mas aqueles que já incorporaram, aqueles que já colocaram, aqueles que já tiveram o direito adquirido não venham a ser prejudicados.

Então, eu quero adicionar à sugestão, à recomendação que V.Exa. faz, muito bem embasada, muito bem colocada, que a Procuradoria, de imediato, recorra junto ao Superior Tribunal de Justiça pedindo o efeito suspensivo da decisão da ADIn que foi feita pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios até que se julgue o mérito, observando o seguinte: reveja o efeito para que ele, em vez de ser *erga omnes*, ou seja, para todos, seja *ex tunc*, a partir da data da decisão.

Obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Agradeço ao Deputado Delmasso. Eu incorporo o discurso ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cristiano Araújo, eu quero aqui parabenizá-lo por trazer um tema de tamanha importância.

Eu acho que V.Exa. dá voz à angústia não de 21 mil servidores, mas de 100 mil pessoas, porque, por trás desses 21 mil servidores, há as suas famílias. Imaginem o sofrimento ao saber que, além de perderem o seu reajuste, ainda terão de repor essa diferença. Essa é uma grande oportunidade, como bem disse V.Exa., que o Governador tem de mostrar seu compromisso com os trabalhadores, apresentando uma proposta sem vício, com o compromisso desta Casa de que não haverá alterações. Dessa forma, atenderá aos servidores e às suas famílias.

Deputado Cristiano Araújo, parabéns! V.Exa. traz, em primeira mão, a angústia dessas famílias. Eu acho que esse é o papel do Parlamento, e V.Exa. representou todos os 24 Deputados quando trouxe esse assunto.

Parabéns, Deputado!

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Obrigado, Deputado Wellington Luiz. Incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Aproveito para fazer um convite aos pares. Na quinta-feira, às 11h da manhã, haverá uma audiência agendada com o Vice-Governador e também com os procuradores do Distrito Federal para que possamos, Deputado Wellington Luiz, construir uma saída, trazer uma solução para esse assunto.

Então, a todos os Deputados daqui da Casa que, de alguma maneira, têm alguma inserção ou trabalham junto com os servidores, fica aqui o convite para a audiência, quinta-feira, às 11h. Estaremos juntos com o sindicato dos servidores, o Ibraim, Deputado Wellington Luiz, que é um grande amigo seu, para debatermos esse assunto. Peço a V.Exas. apoio a esse pleito, que é um pleito justo, como V.Exa. disse.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa, quero aqui, antes de mais nada, saudar a comissão dos papiloscopistas, dos agentes penitenciários.

Quero dizer a vocês que têm total apoio do nosso mandato para a ampliação das vagas necessárias para que haja a contratação de todos os aprovados. Eu acredito que Estado forte é aquele que tem servidores efetivos capacitados. Isso também seria uma resposta à crise e serviria, principalmente, para aparelhar todo o sistema de segurança pública do Distrito Federal. Quero dizer que vocês podem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

contar conosco nesta luta, nesta batalha, porque o sonho de vocês é o nosso sonho para que Brasília possa exercer uma segurança pública de qualidade.

Quero aqui, Sra. Presidente, antes de mais nada, citar que, conforme informações do Secretário de Assuntos Legislativos, Dr. José Flávio, o governo protocola hoje o projeto de decreto legislativo que homologa o Convênio ICMS 102, de 2 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias, que prorroga a isenção de ICMS para os taxistas, Deputado Wasny de Roure. Isso é feito em todo o País. Os taxistas estavam sendo prejudicados nessa transição porque o convênio não foi homologado. E o governo protocola hoje, nesta Casa, a homologação desse convênio.

Eu quero citar aqui o terceiro ponto, uma coisa lamentável que tem acontecido no Distrito Federal, que é a perseguição das igrejas evangélicas, Deputado Wasny de Roure. As igrejas evangélicas no Distrito Federal, por causa da não execução da Lei de Regularização dos Centros Religiosos, infelizmente, têm sofrido perseguições e sido, muitas vezes, colocadas na parede, com medo da derrubada de seus templos.

No ano passado, tivemos um templo no Sol Nascente que foi brutalmente derrubado e, agora, recebemos aqui uma intimação demolitória assinada pela AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal, Deputado Julio Cesar, que também faz parte da Frente Parlamentar Evangélica. Eu, como Presidente dessa Frente, não poderia deixar de citar isso.

A Igreja Ministério Pentecostal Acolhendo Vidas, que se encontra nos galpões do Setor Laboral da Quadra 13 do Paranoá, recebeu uma intimação demolitória no dia 23 de março do corrente ano. Nesta semana, a Pastora Solange, que é quem dirige os trabalhos lá e está presente aqui, recebeu a visita dos agentes da Agefis, informando que todo aquele setor vai ser derrubado.

O Deputado Wasny de Roure, quando foi Presidente desta Casa, construiu a Lei Complementar nº 734, que altera a Lei nº 806, de 2009, que possibilita às igrejas já instaladas e que não se encontram na égide da listagem da Lei nº 806 requererem a sua regularização. O templo que está ali funciona desde 2011 naquele lugar. Ele, inclusive, atende aos requisitos colocado pela própria Agefis, de que nenhuma construção irregular ou passível de regularização seria demolida se houvesse sido construída até julho de 2014. Bem, aquela área está edificada desde 2011, atendendo a esse requisito.

A pergunta que quero fazer – e, aí, tenho certeza de que o Governador Rodrigo Rollemberg tem sensibilidade nessa situação – é por quê? Qual é a dificuldade que temos, Deputado Julio Cesar e Deputado Chico Vigilante, em colocar a Lei nº 806 em prática? A lei nº 806, de 2009, com alteração da Lei nº 734, de 2012, salvo engano, possibilita a regularização desses templos. O que os pastorem querem é ter seus templos regularizados, para exercerem os seus trabalhos com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

tranquilidade. Qual é o mal que uma igreja, seja ela evangélica, católica, de qualquer matriz religiosa...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, é uma situação absolutamente constrangedora. As pessoas que estão à frente de trabalhos que ainda não têm respaldo na legislação acabam se sentindo quase que criminosas. Eu creio que isso é extremamente prejudicial para uma sociedade que tem a complexidade de problemas como a nossa.

Essas instituições prestam enorme serviço para a sociedade. Não é apenas ajudando com cestas, não. É uma coisa muito maior. Elas ajudam na transformação do caráter da pessoa, para que, nesse convívio, ela possa servir, com uma outra perspectiva, à sociedade. Então, essas pessoas que fazem esse trabalho, por terem condições muito modestas e muito precárias, acabam se sentindo absolutamente criminosas.

Eu creio que o seu pronunciamento deve servir de apelo ao Sr. Governador e à Diretora da Agefis, no sentido de dialogarem e encontrarem uma solução. Mesmo que o Governador tenha, às vezes, necessidade disso, por uma ou por outra razão, é preciso acomodar essa instituição, que não é nova. Segundo V.Exa., ela é de 2011. Nós estamos em 2016. São, praticamente, cinco anos. Então, temos que entender que o tempo é o instrutor da legitimidade dessas instituições, porque, se a gente for no rigor da lei, há um bocado de grandes templos aqui no Plano Piloto que não têm escritura definitiva.

Então, não vamos aqui dizer que há um grupo clandestino e um grupo que está dentro da legalidade. Existe um número considerável de grandes instituições que não tem escritura definitiva em seu nome. Ferro e fogo não ajudam ninguém.

A gente aproveita aqui para fazer um apelo à autoridade maior do Governo do Distrito Federal, ao Governador, para que S.Exa. possa nos ajudar a encontrar uma solução.

Eu me coloco à disposição, se puder ajudar, Deputado Delmasso.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Quero aqui citar que essa ação, Presidente, tem sido embasada em um ofício encaminhado pelo Ministério Público do Distrito Federal, datado de 4 de fevereiro. E deixo claro, Deputados e Deputadas, que ele, em nenhum momento, cita ou recomenda a derrubada. Esse ofício só pede informações sobre as ações fiscalizatórias no setor chamado Setor de Galpões do Paranoá. Eu acredito que a Agefis, por ter um corpo técnico qualificado e uma direção que preza pela legalidade, deveria, Deputado Cláudio Abrantes, informar que existem instituições religiosas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

naquele lugar que atendem aos requisitos legais, porque se estabelecem na Lei Complementar nº 734 e na Lei Complementar nº 806.

Eu quero aqui, Sra. Presidente, deixar esse apelo ao Governador do Distrito Federal e pedir ao nosso Líder do Governo, que brilhantemente tem feito um trabalho de intermediação junto ao Governo, que busque uma alternativa para tirar esse peso dos pastores, padres e pais de santo aqui do Distrito Federal. Eles, muitas vezes, executam seu trabalho com medo, Deputado Julio Cesar, de que a Agefis bata na porta de manhã e mande-os desocupar os seus imóveis.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer ao Deputado Delmasso por trazer, em seu pronunciamento, uma situação tão importante para nós, que somos do segmento evangélico. Sem dúvida alguma, ficamos muito preocupados ao imaginar mais uma igreja derrubada e famílias ali prejudicadas por isso.

Eu gostaria de aproveitar esse discurso para pontuar algumas coisas. Aqui quero mandar um abraço para a pastora Solange, que faz um excelente trabalho no Paranoá. Sabemos o quanto isso é importante, mas acho também importante ressaltar, Deputado Delmasso, como V.Exa. já foi Secretário de Trabalho – eu já fui do Esporte –, que nós temos algumas responsabilidades. Caso não honremos essas responsabilidades, certamente responderemos até mesmo por improbidade administrativa.

E a gente sabe que, quando o Ministério Público notifica ou pede algum tipo de informação, o órgão tem que se manifestar, dizendo quais são as ações que realizará. Nesse caso específico, ele pergunta, até porque houve denúncias, o que está sendo feito. A Agefis notificou-o, dando-lhe prazo para sair de lá, etc. A gente sabe disso, mas o compromisso do governo é com relação às questões de julho de 2014 para frente. Ou seja, aqueles que invadiram em data anterior a essa época estão basicamente dentro daquilo que o Governador estipulou.

Então, logo que recebi essa demanda – a Presidente Celina Leão nos entregou essa solicitação –, fiz questão de ligar para a Bruna, e não há nenhum risco – eu quero deixar bem claro – de demolição naquela região do Paranoá. Agora, acho que é importante também a gente cobrar não só do Governador, mas do Secretário de Habitação, Thiago. Acho que é importante ele mandar logo para esta Casa o projeto de lei que venha a regularizar aquela área. Aquela área precisa ser regularizada, até para que a gente possa, futuramente, fazer a venda direta para esses moradores.

Então, se o medo era o de que aquelas localidades fossem derrubadas, podem ficar tranquilos, porque não há nenhum tipo de ação para aquela área, naquela região, nesse exato momento – quero deixar bem claro isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

E aí fica o nosso apelo para que o Secretário Thiago mande logo o projeto para esta Casa, para que a gente possa regularizar o Paranoá, porque, realmente, essas famílias e essa igreja já estão lá há anos e anos. E elas têm o direito de estar lá.

Então eu queria só isto: tranquilizar a todos e dizer que não haverá nenhum tipo de derrubada.

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Julio Cesar, agradeço o aparte de V.Exa. Por isso é que eu chamo V.Exa. de brilhante Líder do Governo. V.Exa. já faz essa intermediação.

É importante que o governo encaminhe para esta Casa a regularização daquela área, mas eu queria aqui propor o seguinte aos membros da Frente Parlamentar Evangélica: que a gente possa enviar uma correspondência, tanto ao Secretário de Habitação, quanto à própria AGEFIS, para que a gente possa dar celeridade, Deputado Bispo Renato – V.Exa. que conduziu brilhantemente o processo de regularização de alguns templos –, à regularização do restante dos anexos que estão na Lei nº 806, que precisam, muitos deles, de leis específicas de alteração de destinação ou de reenquadramento.

Então, eu quero aqui propor a todos os membros e pedir que a nossa Assessoria prepare esse ofício em nome da Frente Parlamentar Evangélica, para que todos nós possamos assinar e pedir ao Secretário de Gestão do Território e Habitação celeridade nos processos de regularização de templos religiosos no Distrito Federal.

Muito obrigado, Presidente. Boa tarde a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Solicito a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 26, de 2016, que inclui o § 7º no art. 33 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro.

Esta Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que ficou acordado no Colégio de Líderes que o Projeto de Resolução fosse votado hoje. Se alguém tiver alguma dúvida, nós estamos estabelecendo a possibilidade de que o Deputado sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

partido possa estar regular na Casa. Já existe decisão do STF, inclusive está anexa ao projeto, para que a gente possa regularizar essa questão.

Antes de passar a palavra ao próximo Líder, Deputado Wellington Luiz, quero saudar os papiloscopistas que estão aqui. Hoje vamos votar uma indicação de apoio à convocação de vocês.

Quero saudar o pessoal do Sistema Penitenciário, que está aqui também. A gente sabe da questão do curso de formação de vocês, a gente sabe que, se vocês não fizerem esse curso, todos vocês perdem a possibilidade de ser chamados. Então, a gente faz um apelo aqui ao Líder de Governo, para ter um entendimento no sentido de que todos que passaram regularmente no concurso tenham o direito de, pelo menos, fazer o curso de formação. Esse é o nosso pedido. A gente recebeu uma comissão na Presidência da Câmara.

E eu cumprimento aqui também os nossos rodoviários, que estão aqui, hoje. Comunico que já há acordo, inclusive, para a votação do projeto de vocês.

Solicito aos Deputados, já que estamos no limite do *quorum*, que não saiam, pois foram acordados no Colégio de Líderes esses três encaminhamentos.

Portanto, agradeço a presença de todos vocês. Vamos dar sequência.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu solicito a cópia do projeto de resolução, porque, de fato, nós concordamos do ponto de vista da Liderança do PT, mas, como não conheço o teor final, gostaria de ter conhecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito uma cópia para a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente, tentarei ser o mais breve possível.

O que me traz aqui, mais uma vez motivado pela indignação, é que hoje eu tomei conhecimento de uma matéria publicada pela imprensa. Obviamente, temos que checar as informações, apesar de que eu não tenho dúvida de que isso seja verdade – eu já disse aqui que eu não duvido de mais nada deste governo. Várias cirurgias – eu ouvi isso, inclusive, de colegas Parlamentares que já checaram essas informações – foram canceladas hoje, Deputado Juarezão, V.Exa. que é da área da saúde, em razão da passagem da tocha olímpica.

É muito bacana essa passagem da tocha olímpica, e ficamos muito felizes de recebê-la, mas é inadmissível, é lamentável que essas pessoas que estão aguardando há anos, há meses e há dias tenham agora esse sofrimento prolongado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Não se pode, Deputado Wasny de Roure, justificar o adiamento de uma cirurgia. Nós não estamos falando de consulta, nós estamos falando de uma cirurgia que estava prevista para hoje e que foi adiada, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Bispo Renato Andrade, com o argumento de essa tocha estar passando por aqui. Será que a tocha olímpica passou dentro do hospital? Será que o revezamento foi entre os doentes, entre os pacientes?

Aliás, pacientes, como diz o Deputado Raimundo Ribeiro, todos nós somos, porque com as coisas desse governo temos que ter é muita paciência mesmo. Então, quero dizer para vocês: são lamentáveis as notícias que recebemos.

DEPUTADO JUAREZÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa., que é da área da saúde. Gostaria de ouvi-lo.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, é um absurdo o que aconteceu. Na época da Copa do Mundo, aconteceu a mesma coisa: eles cancelaram as cirurgias. O que tem a ver uma cirurgia que está marcada há anos, há meses, ser cancelada por causa de uma tocha olímpica que está passando na cidade? Isso não tem nada a ver. Acho que foi uma infelicidade dos diretores dos hospitais que cancelaram essas cirurgias. É um absurdo um negócio desses, a comunidade estava esperando há anos por isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Juarezão.

Eu tenho quase certeza de que o governo não concorda com isso e espero que ele não seja complacente, que ele apure com rigor esse desmando dentro dos nossos hospitais.

A segunda coisa, Sra. Presidente. Como na semana passada nós não tivemos oportunidade de vir à tribuna, gostaria de falar sobre uma matéria veiculada no jornal *Metrópole*, que trouxe uma denúncia extremamente grave, Sra. Presidente: a isenção fiscal, pasmem, de 400 milhões de reais à empresa Natura. Quatrocentos milhões de reais!

Eu não estou falando de 40 mil, de 400 mil ou de 4 milhões, Deputado Bispo Renato Andrade. Nós estamos falando de 400 milhões de reais de isenção fiscal a uma empresa, em detrimento das demais. E o que mais nos estarrece – e daí vem, Deputado Cristiano Araújo, a minha preocupação – é que o dono dessa empresa, segundo o mesmo jornal, teria doado 200 mil, Deputado Chico Vigilante, para a campanha do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg.

Se confirmado isso, esta Casa vai ter que tomar providências. Uma isenção de 400 milhões por si só já é muito grave, porque ela foi direcionada a uma única empresa. Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. que é advogado da União, eu queria que V.Exa. me ajudasse a entender isso. Depois que você isenta uma empresa de 400 milhões de reais de dívida e doa 200 mil para a campanha de um candidato a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

governador, a gente precisa ter explicações. Eu acho que a sociedade merece uma explicação.

Então, trago algo que realmente estarrece, mais uma vez preocupa, e sobre o qual esta Casa merece, no mínimo, um esclarecimento por parte do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 1992 eu era um dos caras-pintadas e fui para a Esplanada dos Ministérios junto com o Partido dos Trabalhadores e outros partidos do Brasil lutar a favor do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello.

Naquela época, tudo aconteceu dentro da Constituição, não houve problema algum. Passaram-se os anos, e hoje vemos um episódio semelhante, em que o Brasil enfrenta o mesmo processo de *impeachment*, só que desta vez para destituir a Presidente Dilma Roussef.

Até agora eu estava calado, observando esse movimento, mas há uma coisa sobre a qual não tenho como ficar calado: é ouvir o tempo todo a palavra golpe. É golpe para cá, golpe para lá. Isso, de alguma forma, está levando a população brasileira a situações difíceis.

Eu sou totalmente favorável a que se faça justiça. Se a Presidente Dilma Roussef realmente deve, ela tem de pagar, assim como o Collor de Mello pagou com a perda do seu mandato.

Pelo que estou sabendo, na atual conjuntura, todos os trâmites estão seguindo o que diz a Constituição Federal. Tanto o Congresso Nacional quanto o Supremo Tribunal Federal estão agindo dentro da nossa Constituição Federal. Por esse motivo, não há necessidade, no caso do afastamento da Presidente Dilma, de se convocarem novas eleições gerais. A meu ver, isso é oportunismo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Não estou aqui para atacar o PT, nenhum segmento social e muito menos a Presidente Dilma, mas tão somente essa política de que, se houver perda de mandato, tem de se convocar novas eleições, como se a tramitação desse processo de *impeachment* não estivesse de acordo com a Constituição Federal.

Então, o motivo de eu subir hoje à tribuna é protestar contra novas eleições no País. Não faz sentido. A meu ver, repito, é oportunismo, e não há garantia alguma de que, se se anteciparem as eleições para este ano, quem vai assumir o poder seja uma pessoa idônea.

Para mim, as eleições têm de acontecer em 2018, porque até lá toda essa bagunça que está acontecendo hoje no País já deve ter acabado, e deve haver também uma calmaria. O povo brasileiro terá calma para escolher o futuro Presidente da República.

Por isso eu peço calma a todos os brasilienses e brasileiros como um todo, para que não entrem nessa onda de Diretas Já, de que tem de haver novas eleições agora, de imediato, porque isso não faz sentido. Isso não pode acontecer, porque, a meu ver, é golpe. Isso, sim, é golpe. Com relação às demais coisas, deixem a Justiça resolver, deixem o Senado Federal resolver, deixem o Supremo Tribunal Federal resolver. Mas, independentemente do resultado desses órgãos, sou contra novas eleições. E que fiquem registrados aqui nos autos desta Casa a minha indignação e o meu repúdio contra a convocação de novas eleições presidenciais, gerais ou de qualquer natureza antes de 2018.

Muito obrigado, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, demais Deputados aqui presentes, quero fazer um cumprimento especial ao pessoal da galeria e dizer que estou na luta junto com eles e todos os futuros servidores públicos aqui do Distrito Federal, em especial os que estão aguardando serem nomeados para o cargo de agente penitenciário.

Estávamos conversando agora há pouco com o Deputado Wellington Luiz. Há dois blocos para quatrocentos presos, que não foram inaugurados por falta de pessoal. Então faço um apelo aqui ao Líder do Governo e aos demais Parlamentares, para que ajudem, e ao Governo do Distrito Federal para que nomeie esse pessoal, a fim de que a Polícia possa trabalhar efetivamente e cumprir seus mandados de prisão, porque muitos estão deixando de ser cumpridos por falta de espaço na cadeia. Então, que se nomeie logo esse pessoal, para que eles possam trabalhar e prestar um bom serviço à população, e que se inaugure aquela grande estrutura que precisa ser inaugurada ali na Papuda.

Sra. Presidente, eu quero aqui fazer um relato. Li o Diário Oficial do dia 29 de abril, sexta-feira, e identifiquei um decreto do Governador sobre o qual pouco foi dito. Eu não sei se muitos aqui se lembram, mas no ano passado nós tivemos uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

série de discussões sobre os empenhos que tinham sido cancelados em 2014. Muitos empenhos tinham sido cancelados no final de 2014, e muitos que não foram cancelados teriam até o dia 31 de dezembro de 2015 para continuar em vigor. No meio do ano, mais ou menos, publicaram um decreto reduzindo esse prazo de validade dos empenhos para o dia 30 de junho. De uma forma muito estranha, Deputado Cristiano Araújo, nós, surpreendentemente, vimos aqui um decreto que foi publicado no dia 29 de abril que dá validade às notas de empenho somente até o dia 30 de abril.

Então nós vimos o governo cancelar todos os empenhos daqueles fornecedores que, porventura, não tinham recebido e que agora se viram perdidos na floresta, Deputado Cristiano Araújo, porque, se eles tinham algum valor para receber, agora vai ser muito mais difícil. O procedimento agora vai ser outro, porque, se ele tinha um empenho garantido e uma receita separada para receber, a partir desta semana, ele não tem mais esse recurso. Vai ter uma burocracia muito maior: procurar o gestor, pedir o reconhecimento da dívida... Aí começa o jeitinho, como o governo, muitas vezes, está querendo implementar. Nós temos uma lei do Deputado Delmasso, que foi vetada pelo governo, que coloca os pagamentos por ordem de entrada das notas fiscais. O governo, hoje, pula as notas fiscais e paga quem ele bem entende, da forma que bem entende e no mês em que bem entende.

Eu fico aqui sem entender, Deputado Julio Cesar, por que o empenho valia por um ano; depois, passou a valer por seis meses; e agora, sorratamente, o governo publica um decreto em que, na última sexta-feira, cancela todos os empenhos daqueles fornecedores que prestam serviço ao Distrito Federal.

Aí eu venho aqui fazer uma análise. Temos uma série de servidores que não foram nomeados. Temos um recorde de desempregados no Distrito Federal, em torno de 280 mil. É um recorde histórico que o Governo Rollemberg conseguiu atingir, por falta de uma política para atrair empresas e atrair empregos, por falta também de uma conversa com servidores públicos, que movimentam a economia do Distrito Federal, que fazem muitas empresas gerarem empregos por conta do seu alto consumo. Agora vemos um decreto que deixa muitas empresas na mão.

Foi dito há pouco pelo Deputado Cristiano Araújo da perda de um benefício que os servidores públicos tinham, por conta de uma decisão do Tribunal de Justiça. O governo não recorreu e vai deixar de colocar na economia, para os empresários do Distrito Federal e para os cofres do governo também, em torno de 50 milhões de reais, dinheiro que deixa de girar na economia do Distrito Federal.

Então, faço um apelo ao Governador, para que nomeie esses servidores que precisam ser nomeados e que dê valor aos empresários e aos servidores públicos da nossa Capital do Brasil.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, nobres Deputados. Quero saudar a galeria, o pessoal da AGEPEM – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário. Eles estiveram conosco na sexta-feira falando da situação que estão vivendo, da promessa de se fazer o curso para quinhentas pessoas.

Além da comissão, vários Deputados também já pediram para que a gente pudesse interceder junto ao Governador Rodrigo Rollemberg. Eu sei que a comissão já esteve com o Governador na última quinta-feira, em Águas Claras. A notícia não foi muito boa, mas me comprometi em ontem estar com o Governador e levar a causa que V.Exas. e também a comissão trouxeram para nós. Expliquei ao Governador que seria muito importante que chegássemos ao número de 750 pessoas fazendo o curso, e S.Exa. disse que vai estudar. Nós estamos encaminhando isso para a Procuradoria, e já há o nosso compromisso de ficar cobrando uma posição o mais rápido possível.

Então, aquilo que falamos na sexta-feira, nós já fizemos. Já falamos com a Márcia, já falamos com o Sérgio da Casa Civil e já falamos também com o Governador. Informamos a eles que estamos submetendo à Procuradoria. O próximo passo é falarmos com a Paola para que esse resultado, que essa análise seja feita o mais rápido possível, para que possamos alcançar esse êxito.

Eu quero dizer que vocês podem contar com o meu apoio e com o apoio de todos os Deputados desta Casa para que se chegue a esse número. Deus abençoe a todos. Estou deixando bem registrado.

Eu queria aproveitar também para dizer que ontem estivemos lá no Palácio do Buriti. Eu, juntamente com o nobre Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Wasny de Roure, fomos representando todos os Deputados desta Casa, para poder falar sobre a pecúnia dos servidores da saúde que estiveram conosco na última sexta-feira passada. Foi uma solicitação – e aqui quero deixar bem registrado – do nobre Deputado Raimundo Ribeiro, que tem uma sensibilidade com a causa da saúde, bem como o Deputado Wasny de Roure.

No dia de ontem, tivemos algumas boas notícias. Outras temos que construir, mas, quanto aos 48 milhões que a saúde estava reivindicando, já saímos de lá com a certeza de que haverá o calendário. Praticamente, dos 30 milhões que identificamos, a maioria é da saúde. Então, até o final de junho, certamente estaremos resolvendo essa questão; o restante, até o final do ano. O Secretário ficou de, na próxima semana – ou seja, na quinta-feira –, entregar para nós, para os servidores, a lista para que tenhamos um calendário entregue ao Deputado Raimundo Ribeiro, ao Deputado Wasny de Roure e a todos os Deputados desta Casa.

Também gostaria de aproveitar este momento para dizer que a Secretária Márcia viria na próxima quinta-feira no período da tarde para atender o convite que os nobres Deputados Wellington Luiz, Bispo Renato Andrade e Celina Leão fizeram, mas, como haverá uma comissão geral no mesmo dia, a pedido dos Deputados,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

estamos transferindo o convite de quinta para sexta-feira, às 10h da manhã, na sala de comissões. Então, a Secretária estará aqui, Sra. Presidente, na sexta-feira. Já falamos com o Deputado Wellington Luiz e com o Deputado Bispo Renato Andrade que a reunião ficará para a próxima sexta-feira.

Também quero ressaltar que o Deputado Wasny de Roure juntamente com o Deputado Ricardo Vale falaram sobre o Programa Boleiros, que estava parado. Nós entramos em contato com a Secretária Leila Barros. Neste final de semana, estaremos liberando os jogos para que aconteçam em todas as regiões administrativas, fazendo com que esse projeto, que agora é lei, a Lei dos Boleiros, seja realmente executado, e que as emendas comecem a ser liberadas. Estou informando aos Deputados que já podem apresentar suas emendas que o Governador já estará liberando, como foi no mês passado, 2 milhões, e mais 2 milhões neste mês. Informo, para todos os Deputados fazerem as suas emendas.

Quero finalizar fazendo um pedido à Secretária de Segurança Pública em relação ao Esporte à Meia-Noite. É uma demanda pela qual estamos lutando há muito tempo. Peço também ajuda aos nobres Deputados para a questão do Esporte à Meia-Noite. O Deputado Prof. Reginaldo Veras também está acompanhando, para que possamos desenrolar isso logo.

Estamos encontrando dificuldades, a Secretaria está demorando para abonar a folha de ponto dos professores que ali estão exercendo o seu trabalho. Também está faltando segurança nos locais onde eles fazem o seu trabalho diariamente. E quem está perdendo, sem dúvida alguma, são as crianças que, em vez de estarem ali se dedicando ao esporte, se dedicando ao lazer, acabam ficando ociosas em meio às drogas, à bandidagem.

Então, eu quero registrar, deixar claro aqui, nesse momento em que faço uso palavra, a gente pede que a Secretaria dê um ponto final nessa questão do Esporte à Meia-Noite. Há um projeto de lei nesta Casa para que isso se torne uma lei. Esse é um projeto que já vem sendo executado há mais de dez anos nesta cidade, e não podemos permitir que isso acabe. Estão ali os professores que vieram nesta tarde. Eu quero dizer que apoio essa causa e que estarei lutando, porque, falou em esporte, também mexeu comigo.

Finalizo, Sra. Presidente, e aqui faço um apelo para que, juntamente com o projeto de lei que o Deputado Rafael Prudente apresentou... E nós falamos com o Presidente da Comissão, Deputado Agaciel Maia, que estamos dispostos a abrir a comissão para podermos fazer extrapauta. E a gente pede também que seja incluído o convênio do ICMS nº 107/2015, que fala sobre a homologação do ICMS.

Então, eu peço a V.Exa. que faça a consulta junto aos Líderes para que a gente possa votar, juntamente com o projeto do Deputado Rafael Prudente, também o ICMS. Esse é o encaminhamento, Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é justo votarmos a alteração da lei de autoria do Deputado Rafael Prudente que foi sancionada, porque a realidade do pessoal dos (Inaudível.) era diferente da legislação aprovada, precisamos fazer essa correção.

Mas é importante também a homologação desse convênio, Deputado Delmasso, que é aqui o maior defensor dos taxistas. Na realidade essa homologação, que é uma isenção de ICMS, já vem de muito tempo. Então, não é uma questão de governo, não é uma questão de governo ou de oposição, trata-se de dar as mesmas condições desses taxistas sofrendores que começaram aqui em Brasília dirigindo jipe e fusca, na época em que havia muita poeira. Agora eles enfrentam a concorrência – desleal em alguns aspectos – do Uber, do Uber X principalmente, em que se cadastra todo mundo. Agora está aparecendo carro velho, e as pessoas estão se sentindo exploradas.

Nós sabemos que mais de 50% dos taxistas trabalham para pagar os donos de vários táxis. Então, nós temos escravos antigos: os taxistas que alugam o táxi e têm de pagá-lo; e agora temos escravos novos, mais modernos, de instituições internacionais: os motoristas do Uber, que é americano. Já pararam alguns dias, exatamente porque estão sendo explorados, a taxa de retorno é muito pequena. Na realidade, quem ganha dinheiro é quem tem muitos táxis. Quem ganha dinheiro mesmo, de verdade, é a empresa americana que explora os motoristas aqui no Brasil e leva os rendimentos para os Estados Unidos.

Portanto, acho que a homologação desse convênio que permite a isenção de ICMS para taxistas é uma questão de justiça com essa categoria sofrida, não é uma questão de governo ou de oposição. Esse é o meu entendimento, Sra. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muito rapidamente, queria apenas pedir autorização a V.Exa. para ler um ofício da lavra do Deputado Agaciel Maia, como Presidente da CEOF, encaminhado à Exma. Sra. Secretária de Segurança, Márcia Alencar. Esse ofício foi elaborado mediante acordo feito com os candidatos aprovados no concurso de agente de atividades penitenciárias, e inclusive conta com o apoio que V.Exa. tem dado a essa nobre causa. Leio o ofício:

“Ofício nº 7, de 2016.

Brasília, 3 de maio.

Sra. Secretária,

Considerando a real necessidade de melhorar a qualidade do serviço de segurança pública para a população do Distrito Federal e considerando a validade do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

concurso recém-realizado para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias, solicito a V.Exa. que seja providenciada a criação de quinhentas vagas para o referido cargo, bem como curso de formação para todos os aprovados no certame.

Como sabemos, atualmente existe um déficit de cerca de mil servidores nas unidades prisionais do DF, em função da população carcerária de 14.700 presos. Além disso, já está em andamento a criação de oitocentas vagas para a PNAD, com a construção de dois novos CDPs e mais um bloco no presídio feminino.

Em face da necessidade apontada, mais do que se justifica a ampliação de vagas para a contratação de candidatos aprovados no certame para o cargo de agente de atividades penitenciárias. Aproveito a oportunidade para colocar à disposição de V.Exa. a possibilidade inclusive de remanejamento de emendas parlamentares ao Orçamento de 2016 para apoiar o referido pleito.

Atenciosamente.”

Vários Deputados assinam, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Wellington.

Gostaria de saber se algum Deputado quer falar nos Comunicados de Parlamentares. O Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Primeiro quero saudar o pessoal dos transportes que está aqui aguardando. Espero que possamos resolver essa questão trazida por eles. Quero saudar os agentes penitenciários, os papiloscopistas que estão aqui. Estranho apenas que precisemos, a todo momento, fazer algum ato concreto para que o governo cumpra sua obrigação.

O Poder Executivo parecer que viciou em precisar que alguém o empurre, para que ele possa resolver cumprir o seu papel, que é em defesa da sociedade. Quer dizer, nós não estamos discutindo aqui se é necessária ou não a contratação. Isso já é uma matéria que transitou em julgado. Nós sabemos da necessidade, e o governo também. O Poder Executivo sabe da necessidade. É uma pena que é preciso empurrá-lo. Mas, já que é necessário, vamos empurrar para que ele realmente cumpra sua obrigação.

Eu estava aqui, Sra. Presidente, e ouvi o nosso Líder, Deputado Julio Cesar. Ontem tive o privilégio de, juntamente com o Deputado Wasny de Roure, comparecer à Secretaria da Casa Civil para verificarmos o que estava acontecendo com relação à pecúnia dos aposentados; até porque, numa audiência que tive com o Secretário da Casa Civil, no mês de fevereiro, tinha ficado acertado que seria apresentado, Deputado Agaciel Maia, um calendário de pagamento. Ou seja, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

governo, que deveria fazer o pagamento de imediato, tão logo a pessoa se aposentasse, em razão de motivos que não adianta a gente querer discutir neste momento, não pagou e se comprometeu a nos apresentar um calendário de pagamento. Disse que o apresentaria no mês de março.

Salvo melhor juízo, o mês de março acabou, e entrou abril, e entrou maio e o governo não apresentou nada. Aí nós estivemos lá ontem e falamos claramente ao governo: “Nós não estamos aqui mais para discutir mérito da questão. Isso é devido. Nós não estamos aqui para mostrar que as pessoas deixaram de tirar suas licenças e a transformaram em pecúnia, não por ato de liberalidade delas, mas porque essas pessoas eram necessárias no exercício das suas funções naquele momento. Muitas delas ao aposentarem contam com aquilo que lhes é de direito”.

Aí, nós tivemos a oportunidade, Deputado Agaciel Maia, de colocar para o representante do governo que compreendemos todas as dificuldades financeiras. Porém a nós, como particulares, não nos é dado o direito de sermos caloteiros. Quem foi que deu ao governo o direito de ser caloteiro, de não pagar suas dívidas? Dívidas inconteste. Nós já estamos há um ano e quatro meses. Quando é que vamos equilibrar isso? Aí começou-se a pensar que a gente... Se o governo não consegue apresentar um cronograma de pagamento, como é que ele vai encontrar soluções?

Lá nós tivemos a oportunidade de apresentar até algumas soluções, Deputado. Uma delas foi no sentido de pegar um milhão e meio que é devido pelas empresas de transportes em razão da publicidade e pagar as suas dívidas. É incrível, pessoal, mas esse milhão e meio, desde 2014 – Deputado Rafael Prudente, que está na CPI, sabe muito bem disso –, é devido ao governo, e o governo que, parece-me, nada em dinheiro, nunca foi buscar esse valor nas empresas de transportes. Aí, entra o novo governo. Este também não foi buscá-lo. Uai, então, não está precisando de dinheiro? Mas, agora, se S.Exa. quiser, pode resolver o problema da pecúnia. Então, eu gostaria de deixar isso registrado.

Por derradeiro, gostaria de dizer que Brasília, certamente, se sente muito honrada em poder receber a tal da Tocha Olímpica. Porém, paralisar serviços de hospitais e transferir cirurgias, porque a tocha vai passar em algum lugar, aí realmente é complicado, é um desrespeito àqueles que nós cinicamente apelidamos de pacientes. O cara já é paciente, está para morrer, está na porta para fazer sua cirurgia, e o governo determina a suspensão das cirurgias porque a tal de uma tocha vai passar ali no meio? Entre a tocha e a cirurgia das pessoas, acho que é mais humano e mais necessário fazer as cirurgias das pessoas que esperam há muito tempo.

Para culminar, Brasília tem inúmeros atletas olímpicos que não participaram. Vou citar um: Tranquillini. Por que Tranquillini não participou? Quais foram os critérios? Nós precisamos homenagear aquelas pessoas que fizeram brilhar a bandeira do Distrito Federal. O Deputado Julio Cesar, que tem um vínculo muito forte com a área do esporte, talvez possa nos responder. Deputado Julio Cesar, por que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

atletas olímpicos do Distrito Federal não foram atendidos, não foram homenageados, não foram contemplados?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero acrescentar algumas palavras ao que disse o Deputado Raimundo Ribeiro. Algumas sugestões foram dadas na Casa Civil ao Secretário Sérgio. Uma delas, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, trago a este plenário, a todos os Deputados, e talvez possa muito bem ajudar que consigamos ter um cronograma muito mais rápido. É um projeto de lei que está nesta Casa desde o ano passado e trata do Parque Ezechias Heringer, no Guará. Talvez a gente o colocasse para vender, e a estimativa, Deputado Agaciel Maia, é de quase 450 milhões que poderiam estar sendo colocados dentro dos cofres públicos do Distrito Federal.

Nós sabemos que o nosso Governador quer pagar, não adianta tirar o pagamento do funcionário. Está claro que não está havendo receita. A receita do Estado não está como nós gostaríamos. Na verdade, é algo do País. O País está numa crise.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço aos Deputados que sejam mais breves porque eu e mais quatro Deputados vamos ter que sair para entregar o relatório da CPI no Ministério Público às 18h30. Impreterivelmente, se tivermos votado ou não, nós vamos ter que sair porque marcamos o horário lá. Então, peço que agilizem, para bem rapidamente entrarmos em votação.

Desculpe, Deputado Julio Cesar, mas falo por conta do horário mesmo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sem dúvida. Terminando, então, fica aqui um apelo aos Deputados. Talvez a gente possa vender o Ezechias Heringer. Vamos vender, e o valor arrecadado será para os pagamentos em pecúnia. São quase 100 milhões, e a venda vai ser por quase 400. Está aí: a gente resolve um problema, e esta Casa sai com a posição de ter realmente ajudado os servidores públicos, de ter ajudado a solucionar o problema, já que nós somos os Deputados eleitos pelo povo. Acho que essa é uma situação que a gente poderia resolver o mais rápido possível e ajudar o pessoal da saúde.

Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu pedi vista do Projeto de Lei nº 24, citado pelo nosso nobre Líder, por quem tenho muito respeito. Não vou liberar, enquanto houver obscuridade nessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

proposição. Ninguém é menino, ninguém é bobo. Sabemos quais são as intenções. Não estou acusando ninguém.

Há muita coisa por trás desse projeto. Volto a dizer: não estou acusando o governo. É claro que existem especulações, nós sabemos disso. Eu conheço essa matéria lá de trás, não vamos vender nem permitir que ele seja vendido a preço de banana. Não vamos utilizar, nem condicionar pagamento que o governo deve, a uma venda que ainda não é clara, não é transparente. Esta Casa não pode, de forma nenhuma, se apequenar a isso. O Deputado Delmasso conhece a ansiedade dos moradores do Guará, não podemos jamais ceder a isso, a pressões como essa.

DEPUTADO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, sobre esse projeto, eu sou relator dele na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, inclusive já apresentei meu relatório. Quero deixar claro que já fizemos três audiências públicas, uma delas em conjunto com a Comissão de Assuntos Fundiários. Deixo claro o posicionamento da comunidade do Guará, que é contra a desafetação da área do Parque Ezechias Heringer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Julio Cesar. Normalmente as críticas têm que ser precedidas de solução. O Deputado Julio Cesar está apontando uma série de soluções para o governo arrecadar o dinheiro. O Deputado Delmasso tem razão em alguns aspectos, mas não temos aferição real de quem é contra e de quem é a favor.

Os professores e o pessoal da saúde estão querendo receber a licença prêmio transformada em pecúnia, que é um direito de quem ficou trabalhando, em vez de gozar os três meses de licença ou coisa parecida. Do jeito que eles lutam por isso, o outro lado da população e o governo lutam por uma melhoria na arrecadação.

Então, eu quero parabenizar nosso Líder de governo por apresentar sugestões para que haja o saneamento e o pagamento. É muito importante o Deputado indicar, cobrar o pagamento, mas é bom que indique também a fonte de receita.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui procurado ontem por uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

comissão. Eles falaram que eram concurseiros. Eu disse: não, vocês são candidatos a assumir a vaga porque passaram no concurso público. São os agentes penitenciários.

Eu quero dizer que não é favor do Governo do Distrito Federal contratá-los. É uma necessidade para a segurança pública local. Nós vimos recentemente que já estão acontecendo fugas do presídio no DF. Nós sabemos que o presídio hoje é um verdadeiro barril de pólvora, exatamente em função da falta de funcionários para cuidar da situação daqueles presos. É importante ficar claro que aqueles presos estão sob a custódia do Estado. Portanto, o Estado tem que garantir a segurança deles.

A luta de vocês é justa e eu espero efetivamente que o Governo do Distrito Federal elenque o que é prioridade e cumpra as prioridades. A contratação de vocês, sem dúvida, é uma. A mesma coisa com os papiloscopistas. A gente está vendo, é só ir ao lugar onde se tira identidade hoje, para ver a dificuldade. Essa é uma das funções de vocês. É preciso que o governo tenha capacidade de contratá-los, para que o serviço desenrole.

Sra. Presidente, eu quero falar de um assunto sobre o qual ninguém falou hoje ainda, mas que mexeu com 100 milhões de habitantes deste País, Deputado Agaciel Maia. É a situação do WhatsApp. Cem milhões de pessoas foram atingidas por uma decisão de um juiz lá de Lagarto – com todo o respeito que eu tenho por ele e pelo estado de Sergipe –, querendo que as operadoras cumpram uma função que elas não têm como informar. Até porque é exatamente a segurança do WhatsApp, a questão do sigilo. O juiz multou, suspendeu uma vez, e agora suspendeu novamente. Eu pergunto: eles estão tão eficientes para bloquear o WhatsApp, por que não bloqueiam os telefones nos presídios? Os presos têm telefones dentro dos presídios.

Imaginem o prejuízo que esse bloqueio causou à sociedade brasileira. Empresas funcionam hoje em função do WhatsApp, estudantes fazem pesquisas, enfim, um conjunto de 100 milhões de brasileiros ficaram sem esse aplicativo.

Eu, como integrante e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, quero deixar aqui expresso o meu protesto, a minha insatisfação contra o comportamento desse juiz. Imaginem a dificuldade que os jornalistas tiveram de trabalhar nessas 24 horas com o WhatsApp bloqueado. Todos nós sofremos algum transtorno.

Espero que a Justiça encontre outros mecanismos que não prejudiquem a população da maneira como prejudicou. Foi grave esse bloqueio de 24 horas, pois trouxe prejuízos insanáveis, irreparáveis para a população brasileira. Eu espero que isso seja corrigido.

Por último, Deputado Julio Cesar, quero dizer que V.Exa. tem razão. Nós temos centenas de professores, de trabalhadores da saúde que têm essa pecúnia para receber e, se não a receberem, vai virar precatório. Depois que virar precatório,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

vai para os bisnetos. Talvez os tataranetos venham a receber, se não cair nas mãos de especuladores, que irão comprar os precatórios por 10% do valor.

As pessoas não deixaram acumular essa pecúnia por vontade própria. Eu sempre digo que essa é uma questão que deve ser olhada. O trabalhador da iniciativa privada, Deputado Raimundo Ribeiro, quando se aposenta, tem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para receber e, dependendo do salário, irá receber uma boa bolada. O trabalhador do serviço público não tem. Portanto, V.Exa. tem razão em apontar de onde dá para tirar o recurso para pagar as pecúnias.

Eu estou disposto a votar, desde que fique expresso o dia em que serão quitados todos os atrasados que os servidores têm para receber. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. acabou de dizer que agora, às 18h30, V.Exa., o Presidente da CPI, Deputado Bispo Renato Andrade, e o Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, estarão no Ministério Público.

O relatório que foi publicado e divulgado para a imprensa, na verdade, foi o do Relator, e não o aprovado. Então, eu tenho uma grande preocupação: qual relatório será encaminhado ao Ministério Público? Será o aprovado pela Comissão, pelo colegiado ou será o do Relator? Tem de ser entregue o que foi votado pelos membros. Eu e o Deputado Ricardo Vale votamos contra, e a Deputada Sandra Faraj fez algumas ressalvas que ainda não foram consertadas no relatório final, como, por exemplo, a questão do cancelamento da licitação.

Então, peço ao Relator que atente a essa questão para não levar um relatório e, depois, ter de levar outro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rafael Prudente.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito à inclusão na pauta da moção que acabamos de ler.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a inclusão na pauta, salvo engano, dos projetos de decreto legislativo a que se referem os itens nºs 142, 144 e 146.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa. Nós iremos votar todos os PDLs em bloco.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 26, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “inclui o § 7º ao art. 33 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, sobre essa matéria, o Partido dos Trabalhadores quer se colocar em obstrução.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

A proposição não recebeu parecer da Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Consulto os Líderes se há acordo para abreviarmos o interstício disposto no art. 224, §§ 1º, 3º e 4º, do Regimento Interno para que possamos votar hoje o projeto de resolução em primeiro e segundo turnos. (Pausa.)

Havendo acordo, a Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 26, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “inclui o § 7º ao art. 33 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, ao confrontar a matéria com as obrigações, com as prerrogativas da Comissão de Constituição e Justiça, verificamos que inexistente qualquer óbice ao prosseguimento desta proposição, razão pela qual somos de parecer favorável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu devo uma explicação à Mesa da Casa, aos Líderes, em particular à Deputada Telma Rufino.

Quando o tema foi tratado na reunião de hoje, a nossa compreensão foi de que os Deputados sem partidos pudessem ter um período de transição de até um ano para poderem encontrar a agremiação política com que se identificassem e, assim, pudessem se filiar e, conseqüentemente, constituir bloco, se assim entendessem. Ocorre que, da maneira como está hoje, um Parlamentar sem partido – e isso está nas decisões, no parecer da Procuradoria da Casa – não pode nem ter estrutura.

O nosso entendimento é de que esse Parlamentar não poderia ser prejudicado porque os servidores contratados não poderiam ficar à mercê da posição partidária desse ou daquele Deputado. No entanto, do ponto de vista da composição de um bloco político, não justifica um Parlamentar, não tendo uma agremiação partidária, compor esse ou aquele bloco. Ele só compõe um bloco, se o partido dele tem afinidade político-ideológica, tanto é verdade, que isso é o que prevê o Regimento Interno da Casa no art. 33. Esse artigo é muito claro. O § 3º diz que o bloco parlamentar será composto, no mínimo, de três Deputados Distritais. Se o desligamento do Deputado Distrital de uma bancada implicar redução do número fixado no parágrafo anterior, extingue-se o bloco parlamentar. O bloco parlamentar é de Parlamentares que estão previamente filiados a esse ou àquele partido.

Eu entendo que a Mesa está preocupada em criar uma regularização para não deixar nenhum colega exposto e, naturalmente, pelas definições em comissão como também nas CPIs.

Então, nesse sentido, a bancada do PT se coloca em obstrução porque entende que a propositura fere frontalmente o princípio político-partidário na composição dos blocos.

Sra. Presidenta, são essas as considerações.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 obstruções.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Em discussão o Projeto de Resolução nº 26, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/2016	DATA: 03/05/2016
AUTORIA: MESA DIRETORA	
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT					1	
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV				1		
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT				1		
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT					1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			16	0	0	6	2	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
2	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 05 2016	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 2 obstruções e 6 ausências.

Está aprovado em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência convoca sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta sessão ordinária, para apreciação dos seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 26; Processo nº 22, de 2016, que "homologa a cláusula segunda do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nº 107/15 e 102/15"; Projeto de Lei nº 1.070, de 2016, do Deputado Rafael Prudente; moções, requerimentos e projetos de decreto legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h46min.)